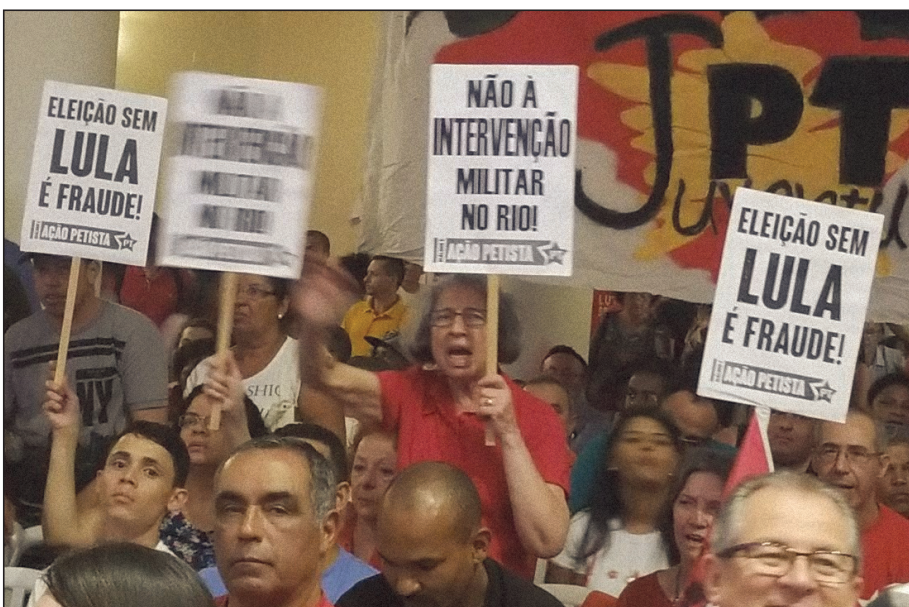


NÃO À INTERVENÇÃO NO RIO!



SIM, LULA É CANDIDATO

ver pág. 4



Autonomia Universitária

DCE da UnB reage
à ofensiva do MEC
pág. 2

Diálogo e Ação Petista

Força nos Comitês pelo
direito de Lula ser candidato
pág. 5

8 de março

Dia de luta da
mulher trabalhadora
pág. 7

Alemanha

Expectativa na consulta
interna do SPD
pág. 11

UnB em defesa da autonomia universitária

Golpistas ameaçam acionar o MPF contra curso oferecido pela universidade

Num contexto de dezenas de medidas obscurantistas contra a educação, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) anunciou que pretende acionar o Ministério Público federal (MPF), numa ação judicial contra a Universidade de Brasília (UnB). O motivo: a oferta de uma disciplina no Instituto de Ciência Política intitulada: Tópicos especiais em ciência política: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil.

A tentativa do MEC fere diretamente a Constituição Federal de 1988 que prevê expressamente as diretrizes da autonomia universitária, ou seja, uma autonomia administrativa, de gestão de recursos, e também didático-científica. O estatuto a UnB prevê o compromisso com as questões do povo brasileiro e engajamento no destino

nacional. Ou seja, em sua matriz afirma que sua produção científica tende a contribuir para os desafios da nação, onde se encaixam as perspectivas para a retomada da democracia depois de uma ruptura democrática.

O atentado contra a autonomia universitária é mais uma medida do estado de exceção que não hesita em perseguir as instituições de ensino e as organizações dos trabalhadores e jovens.

DCE: não vamos aceitar!

O Diretório Central dos Estudantes Honestino Guimarães, de pronto, soltou uma nota em que repudia veementemente o anúncio do MEC, afirmando que a comunidade não tolerará medidas que atentem contra a autonomia científica da instituição. O

DCE denuncia a tentativa de quebrar a resistência ao golpe nas universidades, através de medidas descabidas da Justiça, como as conduções coercitivas de reitores, da aparição “estratégica” da polícia em atividades internas que debatem a ditadura do Judiciário, além das restrições de gestão orçamentária impostas pelo MEC.

O tema do estado de exceção já vem sendo amplamente discutido na universidade ao lado da necessidade de recomposição orçamentária e retomada da democracia no país. Além disso, a administração da UnB esclareceu que os institutos têm autonomia para formular suas ementas e diretrizes de pesquisa e que essa autonomia será mantida a todo custo.

Uma nota formulada e assinada por docentes acrescenta que tais medidas tomadas pelo poder público se assemelham aos ataques que a

universidade sofreu no período da ditadura militar (foto abaixo) e que uma universidade sem autonomia não é capaz de produzir ciência e tecnologia para a soberania nacional e avanços em demandas sociais.

Em todos os segmentos da universidade ecoa o grito em defesa da UnB, de sua manutenção com excelência e pelo direito constituído da autonomia. Posição expressa na aprovação de nota do conselho superior da UnB em repúdio à ação do MEC. A disposição é de não se submeter ao atentado do governo federal contra as instituições do ensino superior. Disposição essa que não se restringe à UnB. Depois do anúncio do MEC várias outras instituições comunicaram a oferta de disciplinas do mesmo cunho, como UNICamp, UFBA e UFAM.

Hélio Barreto

Governo suspende bolsas

Mais de 70 mil estudantes são afetados

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) está ameaçado. Estudantes bolsistas do PIBid, de diversas universidades do país, receberam e-mails da CAPES nas últimas semanas, anunciando o fim de suas bolsas. Em 2017 foram pagas cerca de 70 mil bolsas aos estudantes de licenciatura pelo programa, para que eles desenvolvessem projetos de iniciação à docência em escolas públicas sob a orientação de suas instituições de ensino superior. A CAPES, agência do governo que é responsável pelo programa, em 8 de fevereiro negou a solicitação do Fórum Nacional dos Coordenadores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência que pedia a prorrogação do pagamento das bolsas do PIBid que haviam sido canceladas.

Em nota (23/02) a CAPES diz que será lançado novo edital do PIBID em março e afirma que não se trata do encerramento do programa, mas sim de uma “pausa”. Na verdade, o futuro do programa está sob ameaça, pois, as bolsas terminam em fevereiro e o

governo não lançou edital para novas bolsas. A CAPES afirma que lançará o novo edital em março, porém, não estabelece um prazo para anunciar os resultados.

Modernização?

Além disso, a CAPES fala em “modernização” do PIBid, com a implementação de uma “Residência Pedagógica” onde os estudantes irão dar “regência de sala de aula e intervenção pedagógica”, de acordo com nota publicada no seu site em 23 fevereiro (e posteriormente apagada). Ou seja, os estudantes poderão substituir os professores na função de dar aulas!

Pior ainda, os estudantes poderão ter que fazer esses estágios sem o pagamento de bolsas. Segundo declarações do diretor da CAPES Carlos Lenuzza, ainda no ano passado, as vagas no novo programa “não serão limitadas pela bolsa”, portanto, nem todos os estudantes participantes terão bolsas, como ocorre no PIBid.

Cristiano Junta

RUs

O agravamento da situação das universidades federais, desde o ano passado, em função dos cortes feitos pelo governo golpista, afeta programas de assistência estudantil, como é o caso dos restaurantes Universitários (RUs).

Na UFTMT, os estudantes ocuparam a reitoria contra o fim do subsídio das refeições de seu restaurante. Já na UnB a luta “R\$6,50 eu não pago” liderada pelo DCE, conseguiu suspender o aumento do preço da refeição, atualmente em \$2,50. Agora, o DCE permanece alerta para impedir o aumento ou cortes em outras áreas. Bem como reivindica da administração da UnB que se some na exigência ao Governo Federal pela recomposição imediata do orçamento do MEC.



Invasão da UnB durante a ditadura militar, agora golpistas querem censurar cursos

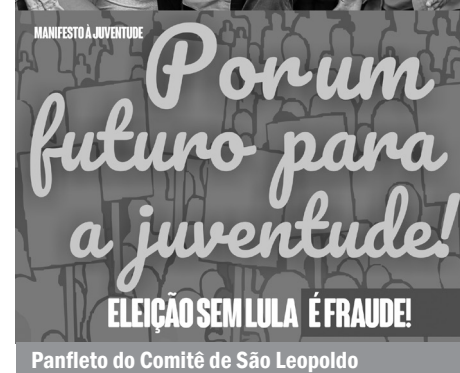
“Eleição sem Lula é fraude”

Jovens de São Leopoldo (RS) criam comitê

Em fevereiro, antes mesmo do início das aulas, 14 jovens se reuniram na sede do PT de São Leopoldo para formar um comitê em defesa do direito de Lula ser candidato. Na reunião militantes da Juventude Revolução, Juventude da AE, Levante, Kizomba e independentes.

Os jovens decidiram fazer um panfleto que afirma que lutar pela democracia é “lutar pelo nosso futuro, pois com 40% de desempregados na juventude, o ataque à escola pública, as universidades e a escalada da violência buscar uma saída política para a crise é uma necessidade”.

No debate, marcado por falas sobre a ofensiva do judiciário contra Lula, surgiu a defesa de uma constituinte, como afirma o panfleto: defendemos o direito de Lula ser candidato porque sabemos que ele tem o apoio necessário para reaver o que nos foi tirado: os recursos do Pré-sal para a saúde e educação, revogar a reforma trabalhista e convocar uma Assembleia Constituinte para avançar nas reformas estruturais...”. Entre as reformas



mencionadas está a desmilitarização da Polícia Militar.

Com ajuda dos sindicatos da região foram impressos 5 mil panfletos que começam a ser distribuídos nas escolas e universidades. As panfletagens também ajudam na preparação da Caravana de Lula à região sul.

Nova etapa do golpe

Antes de consumir o fracasso no que era a joia da coroa para do golpe, a contrarreforma da Previdência, Temer abriu uma nova frente, num processo de militarização no país.

É certo que pode até haver lampejos eleitoreiros, mas seria um engano achar que foi uma jogada de marketing para ganhar popularidade.

A intervenção no Rio de Janeiro, decretada em 16 de fevereiro para vigorar até 31 de dezembro, abre uma nova etapa no golpe.

Não é um golpe militar, mas há uma nova combinação de elementos que avançam contra a democracia, para prosseguir na escalada desagregadora do país e nos ataques ao povo trabalhador. Afinal, no meio do caminho para aprovar a contrarreforma da Previdência houve o dia 28 de abril, quando mais de 40 milhões de trabalhadores, atendendo ao chamado de seus sindicatos, pararam o Brasil para defender sua aposentadoria. E também se fortalece, junto ao povo trabalhador, a perspectiva de um governo Lula para desfazer as políticas aplicadas pelos golpistas.

Frente a um Judiciário que avança sobre a política, e cada vez mais desmoralizado junto ao povo, um novo elemento se agregou. Os militares são chamados a agir no Rio de

Janeiro e, desde lá, passam a falar à nação. E falando à nação, salientam a necessária colaboração do Judiciário para cumprir sua missão no Rio.

Com um governo fraco, batendo cabeças e sem conseguir um candidato com mínimas chances para as eleições de 2018, a burguesia

O PT TEM QUE SEGUIR FIRME: ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE!

tupiniquim, a serviço do capital financeiro, tateia alternativas.

Um degrau a mais na escalada golpista, a intervenção no Rio de Janeiro vem acompanhada de outros ataques às liberdades, como a ofensiva do Ministério da Educação à autonomia universitária, no caso da Universidade de Brasília.

A intervenção no Rio, cuja primeira vítima é o povo trabalhador das comunidades, avança um processo de militarização e de cerceamento das liberdades democráticas. Com ela, mesmo esse Congresso Nacional nada afeito aos interesses do povo, fica cerceado, não podendo votar nenhum projeto de Emenda Constitucional.

Mas este não é um filme já visto em décadas passadas. Afinal, num país sob o golpe, os trabalhadores conseguiram dar o breque

na contrarreforma da Previdência. Depois do golpe com a precedente e consequente perseguição a Lula e ao PT, cada vez mais é Lula e o PT que são vistos como saída para a nação.

A diferença entre o Brasil de hoje e o de 1964 é que a maioria trabalhadora dispõe de suas organizações para resistir. A reafirmação candidatura Lula e a disposição do PT, da qual não deve abrir mão, de não ter plano B - afinal "eleição sem Lula é fraude" - nem mesmo se a perseguição do Judiciário for capaz de colocar Lula na cadeia, é um ponto de apoio crucial para essa resistência. Daí que o PT com toda contundência, apoiado nas resoluções de seu 6º Congresso, construir, em luta com o povo, a perspectiva de um governo Lula que, eleito, convoque uma Constituinte para que novas instituições reergam o país como uma nação soberana.

Daí também que uma questão se coloca para todos os partidos, dirigentes e organizações que se reivindicam da democracia.

Mais do que antes, a defesa do direito de Lula ser candidato concentra a defesa da democracia no país. Todo lugar aos Comitês em Defesa da Democracia e ao direito de Lula ser candidato! Comitês que agrupem amplamente a resistência nesta nova etapa. Ninguém que se reivindica da democracia pode abdicar desta tarefa.

ATAQUES À CIÊNCIA E À PESQUISA

1.

No início de fevereiro a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi alvo de censura em pesquisa sobre agrotóxicos. Após apresentação do pesquisador Fernando Carneiro, durante audiência pública para debater os agrotóxicos e saúde, o mesmo foi alvo de críticas, constrangimentos e notificação judicial movida pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), questionando e solicitando esclarecimentos sobre os dados apresentados, que foram produzidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

2.

Das várias solicitações, destaca-se a que evitasse chamar os agrotóxicos de "veneno" e passasse a chamá-los de "defensivos agrícolas". Exigência que fere a legislação nacional de comunicação em saúde. O Conselho Deliberativo da Fiocruz manifestou-se "contra a censura e intimidação de pesquisadores e pelo direito de se produzir ciência para a defesa da vida." E ainda que "devemos responder de forma contundente para que os trabalhadores e estudantes em saúde possam continuar desenvolvendo e publicando, sem nenhum constrangimento".

3.

Na Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), o prof. Elisaldo Carlini, 87 anos, um dos maiores especialistas em entorpecentes no Brasil, foi chamado a depor na polícia em 21 de fevereiro, sob acusação do Tribunal de Justiça-SP de que sua pesquisa faz apologia do crime. Carlini, que não defende o uso recreativo da maconha, pesquisa há mais de 50 anos seus possíveis usos medicinais, e é reconhecido mundialmente nesse campo de pesquisa. Segundo o advogado Cristiano Maronna "hoje em dia a insegurança é a regra, porque está tudo de cabeça para o ar. Em circunstâncias normais isso sequer viraria inquérito".

4.

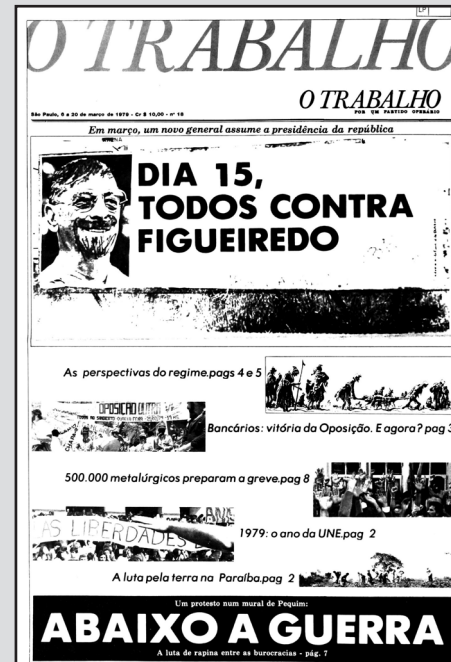
A Associação dos Docentes da Unifesp lançou manifesto em apoio ao professor, conclamando a comunidade acadêmica a sair em sua defesa. "As ameaças ao prof. Carlini estão inseridas numa onda judicializante à universidade pública" depois que no ano passado "reitores foram achincalhados em processos sem provas". No fechamento dessa edição estava convocado um ato, dia 1/3, em apoio ao prof. Carlini e à liberdade de pensamento na Unifesp.

Memória

BANCÁRIOS DE SÃO PAULO: PELEGOS SÃO DERROTADOS

Depois de ver derrotada a Chapa 1 por duas vezes nas urnas - 8.833 votos a 5.189 no 1º escrutínio, e 9.237 a 3.582 no 2º -, depois de prorrogar por mais 13 dias o mandato do pelego Chico Teixeira, depois de muitas ameaças e insinuações, a DRT não teve outra alternativa senão proclamar a Chapa 2, de Oposição, como legítima vencedora das eleições (...). A vitória da Chapa 2 é, assim, uma vitória de todos os trabalhadores e de todos os movimentos independentes, desatrelados do Estado e da legislação sindical corporativista (...). É o fruto da vontade dos bancários, que querem ver suas reivindicações satisfeitas e que confiam que os novos eleitos não vão se deixar prender nas suas ações pelas amarras da legislação sindical.

O Trabalho nº 18 - 6/3/1979



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Até da prisão Lula pode ser candidato!

E vai ganhar pela vontade do povo e para infelicidade dos golpistas

Pela atual lei eleitoral, “o candidato cujo registro esteja sub judice poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral, inclusive utilizar o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, e ter seu nome mantido na urna eletrônica enquanto estiver sob essa condição, ficando a validade dos votos a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior”.

É claro e foi assim em vários casos nas eleições municipais.

Lula pedirá o registro no prazo, 15 de agosto. Seu pedido pode ser negado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), devido à Lei da Ficha Limpa (que impede condenados em segunda instância).

Mas é outra lei (acima), que rege as eleições.

Após a negativa do TSE, Lula deve recorrer à Corte. Se o recurso for negado, ele envia um recurso ao STF. Com efeito suspensivo ou não, Lula continua candidato até que seja julgado o recurso.

O STF não tem como, segundo os juristas consultados, concluir o julgamento antes do 1º turno.

Portanto, mesmo que seja preso em virtude da sentença do caso do triplex



Ato de pré-lançamento em BH (21/2)

no TRF4, Lula participará do processo eleitoral. Apesar da lei da Ficha Limpa, seu nome estará na cédula, no rádio e na TV. Não há regra que impeça ser candidato na prisão, e ele já disse que “não vou fugir nem me matar”.

O desfecho

Para enfrentar este desafio é preciso determinação e coesão do PT, com seus candidatos em todos os níveis, e rechaçar “plano B” até o dia do pleito, inclusive 2º turno se houver. É defender Lula, o único que pode ser eleito com legitimidade para revogar as medidas golpistas e adotar as esperadas reformas populares (agrária, política, da comunicação, do judiciário etc.) através de uma Constituinte.

Em tese, o STF pode negar o registro

ao final e não diplomar Lula, anular seus votos, e empossar o segundo mais votado. Em tese, pois a vontade manifesta do povo, segundo as pesquisas, é Lula Presidente como saída visível do golpe. E nada é mais forte que a vontade soberana do povo!

Se os tribunais ousarem chegar aquele ponto, serão responsáveis por um choque maior, o esbulho da vontade popular, a qual saberá encontrar a forma de triunfar.

São imprevisíveis as manobras dos golpistas, agora associando os militares, a campanha, e exatamente o que farão os tribunais.

O povo só pode confiar na sua própria força.

A tarefa é resistir a todas as medidas dos golpistas, multiplicar os Comitês

Populares em defesa da democracia e do direito de candidatura de Lula, fazer os pré-lançamentos de Lula nas Capitais, o grande ato em Salvador dia 15, e a Caravana do Sul desde o dia 19.

Markus Sokol (28/2/18)

DO HABEAS CORPUS À PRISÃO DE LULA

A 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça, se prepara para julgar terça-feira o habeas corpus de Lula, negado pelo vice-presidente do STJ. Nela, a defesa pede que o tribunal impeça a prisão, diante da decisão em segunda instância.

É mais provável a negação do habeas corpus. Isso pode acelerar a sua tramitação no STF.

Se o STF não julgar até findo o prazo para os procuradores responderem aos embargos da defesa contra a sentença, o TRF-4 pode desde terça-feira encerrar o caso e determinar a prisão. Se colocará uma campanha nacional e internacional por sua libertação!

O que conversam Haddad e Ciro?

A base não gostou do que leu

Ciro Gomes (PDT) e Haddad (PT) jantaram na casa do “amigo Chalita” (ex-vereador PSDB, vice PDT na chapa derrotada de Haddad 2016). Na falta de um comunicado ou entrevista, como fariam líderes responsáveis, falaram em “off” a jornalistas que especularam à vontade sobre um acordo se afastarem Lula, baseado no manifesto das fundações (abaixo).

O assunto veio à tona na Executiva do PT do dia 22 que discutiu várias

questões, inclusive esta - afinal, Ciro atacou Lula duramente -, mas não adotou resoluções políticas. A mensagem foi passada por Gleisi e Lula no ato do 38º aniversário do PT, de noite.

Na CEN, Gleisi explicou que, segundo Haddad, o jantar foi uma “coincidência”. Ninguém defendeu Haddad ou o “plano B”. Mas para um deputado da Mensagem é “Lula até o fim”, segundo ele, “o fim é o registro em 15 de agosto. Aí avaliaremos os cenários”... Parecido com outro

dirigente, do CNB, que descarta “discutir plano B, não, tudo a seu tempo”!!

No ato, Lula pela primeira vez, denunciou que “tem gente disputando o espólio do Lula e do PT”. O mal-estar com o jantar, dois dias antes, era evidente na plateia paulistana que mal aplaudiu o nome do seu ex-prefeito.

Gleisi enfatizou, frente a 2 mil petistas, que “não há articulação no PT” para plano B, essa conversa “vem de fora”, ligando-a ao julgamento do

TRF4. Mas a imprensa filtra que Lula “avalizou” o contato com Ciro.

A especulação continuou a ponto de, dias depois, a diligência da PF na casa do ex-governador da Bahia, Jaques Wagner, ser atribuída ao seu fortalecimento como plano B, visto o desgaste de Haddad.

Wagner pode estar melhor na base petista, mas a questão não é essa. É que eleição sem Lula é mesmo fraude, e formular plano B, do PT ou de fora, é legitimar a manobra fraudulenta!

Manifesto das Fundações do PT, PDT, PSB, PCdoB e PSOL

Nem democrático, nem de esquerda

Os presidentes das Fundações daqueles cinco partidos lançaram um manifesto de caráter programático “Unidade para reconstruir o Brasil”, que a imprensa chama de frente de esquerda ou centro-esquerda.

É escandalosa a ausência da defesa do direito de candidatura de Lula, bloqueada pelo PDT de Ciro Gomes, no texto que termina no “convite a outras Fundações do campo democrático a se agregarem”.

Isto predomina largamente sobre as insuficiências ou qualidades do documento, afinal, inicial, com partidos que tem seus candidatos presidenciais

no 1º turno, portanto, com diferenças entre si.

O problema é o texto já indicar aonde quer chegar, mesmo num 2º turno - um candidato presidencial que não Lula, talvez junto com outros partidos golpistas!

Assim, a iniciativa que nasceu em 2017 para defender “eleições democráticas”, contra a perseguição à Lula, evoluiu e ampliou para discutir “programa”, mas virou as costas à questão central da democracia, hoje, o direito de Lula se candidatar. Portanto, não é uma frente democrática, quanto mais de esquerda!

O que o PT está fazendo aí?

Os argumentos a respeito na reunião da Executiva do PT (22/02), eram que “não podemos nos isolar”. Os mais realistas admitiam, “é difícil, mas não vamos desistir de quebrar o isolamento”, já existente.

Mas tentar uma frente programática com estes cinco partidos, na vida real, é impossível!

Apenas 3 dias antes, PDT e PSB votaram juntos em peso no Congresso, a intervenção militar no Rio decretada por Temer - qual a base programática real?

Para governar, o 6º Congresso do

PT propôs a frente com “setores anti-imperialistas, antilatifundiários, antimonopolistas e radicalmente democráticos”. Além do PCdoB e do PSOL, existem setores daquele tipo no PDT e PSB, mas não esses dois partidos como tais.

Na orientação do 6º Congresso, agora, para quebrar o isolamento, façamos atos e manifestos, inclusive com quem não é eleitor de Lula ou tem outro candidato, mas em defesa do direito democrático de Lula se candidatar.

A Executiva tem que se apurmar. Nenhum passo atrás, nenhum direito a menos!



COMITÊS DEFENDEM CANDIDATURA LULA

O Diálogo e Ação Petista assumiu como tarefa ajudar na constituição dos comitês pela democracia e pelo direito de Lula ser candidato. Em vários estados, o DAP tem tomado a iniciativa de construir esses comitês, por bairro ou por categoria.

Os comitês promovem reuniões, debatem com a população, fazem pichações e panfletagens. Agrupando militantes de diversas origens políticas, os comitês explicitam o vínculo entre a perseguição a Lula e ao PT e as medidas dos golpistas contra os trabalhadores e o povo. Nossos correspondentes informam sobre essas iniciativas.

NOS BAIRROS DE FORTALEZA



Rita explica o papel dos comitês pelo direito de Lula ser candidato

Rita Sá, do Diálogo e Ação Petista, integra o Comitê Popular Tô com Lula pela Democracia do Bairro do Rodolfo Teófilo (Fortaleza - CE). O Comitê tem promovido ações dirigidas aos moradores do bairro, apoiando as iniciativas de defesa dos direitos sociais, pela democracia e pelo direito de Lula ser candidato. Nossa página ouviu Rita Sá.

DAP - Qual a importância dos Comitês Populares?

Rita - Os Comitês Populares têm o ob-

jetivo de organizar a classe trabalhadora e oprimida na defesa dos direitos sociais e democráticos ameaçados com o golpe que levou ao impeachment da presidente Dilma e que agora condena Lula e avança contra a soberania nacional. O Comitê agrupa movimentos populares e sindicais de diferentes orientações políticas.

DAP - Qual a relação que o Comitê vê entre a luta pelos direitos sociais e democráticos e a defesa do direito de Lula ser candidato?

Rita - O golpe que retirou Dilma Rousseff do governo tinha um alvo: os direitos sociais. A condenação de Lula nos revela qual o rumo que irão tomar as eleições neste ano caso não consigamos derrotar o golpe.

DAP - Quais as tarefas imediatas dos Comitês Populares?

Rita - Derrotar o golpe. Isso significa de largada impedir a prisão de Lula. Precisamos unificar os comitês populares e sindicais em defesa dos direitos ameaçados. Os comitês devem avançar afirmando Lula Presidente para revogar as ações golpistas e avançar nas verdadeiras reformas que a Nação necessita.

RECIFE: COMITÊS E ORGANIZAÇÃO DO DAP

O Diálogo e Ação Petista do Recife, reunido no dia 16 de fevereiro, decidiu impulsionar a construção de comitês populares pela democracia e em defesa do direito de Lula ser candidato.

Foram priorizados quatro comitês: o da

Universidade Federal de Pernambuco (já criado pelo DAP), dos bancários, professores e do Judiciário. A ideia é fazer o lançamento dos comitês em atos-debate no início de março.

A reunião discutiu também questões organizativas, principalmente as finanças, com a arrecadação do cafezinho e a venda de bottons.

Fé e Política

Também o grupo de base Fé e Política, do Diálogo e Ação Petista de Recife, fez



DAP no carnaval do Recife: eleição sem Lula é fraude!

uma reunião em 15 de fevereiro, na qual foram discutidas as eleições deste ano e a formação de um comitê popular em defesa do direito de Lula ser candidato. O comitê deverá ser lançado em um ato público.

Em função de alguns entendimentos promovidos por dirigentes do PT com o PSB, decidiu-se na reunião elaborar uma carta ao PT, defendendo a resolução do 6º Congresso com relação à aliança com partidos golpistas.



Ato em São Paulo em comemoração aos 38 anos do PT

BAHIA: GRUPOS DE BASE IMPULSIONAM COMITÊS



Lançamento do comitê popular em Feira de Santana

O DAP do Recife, reunido em 16 de fevereiro, decidiu impulsionar a construção de comitês populares pela democracia e em defesa do direito de Lula ser candidato.

Foram priorizados quatro comitês: o

da Universidade Federal de Pernambuco (já criado), dos bancários, professores e do Judiciário. A ideia é lançar os comitês em atos-debate no início de março. Discutiu-se também questões organizativas, como as finanças, com a arrecadação do cafezinho e a venda de bottons.

O grupo de base Fé e Política, do DAP de Recife, em reunião dia 15 de fevereiro, decidiu formar um comitê em defesa do direito de Lula ser candidato que deverá ser lançado em um ato público.

Diante de entendimentos promovidos por dirigentes do PT com o PSB, decidiu-se fazer uma carta ao PT, defendendo a resolução do 6º Congresso com relação à aliança com partidos golpistas.

RIO: DAP CONDENA INTERVENÇÃO

O Diálogo e Ação Petista do Rio de Janeiro divulgou um comunicado em que condena a intervenção militar no estado, determinada pelo governo Temer.

A nota afirma que “a intervenção foi anunciada quando o governo golpista teve que admitir que não conseguiu os votos para a Reforma da Previdência e logo após o carnaval, em que a grande campeã popular, a Tuiuti, confrontou as elites denunciando a reforma trabalhista, a manipulação dos coxinhos e colocou Temer como o comandante-

-vampiro da catástrofe nacional”.

O texto também afirma, lembrando as demais ocasiões em que o Exército interveio no Rio, que o resultado “foi o aumento de violações, desaparecimentos e mortes de trabalhadores e trabalhadoras”.

“Favela não é lugar de bandido, seus moradores não precisam de intervenção militar, mas sim de intervenção social, com emprego, saúde, educação, moradia e segurança pública”, diz o comunicado, que condena a militarização da segurança pública.

Em defesa da Eletrobrás

Eletricitários estão na luta para barrar a privatização pretendida por Temer



Fabíola

O Trabalho conversou com Fabíola Latino Antezana, dirigente sindical do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal e Secretária de Energia da Confederação Nacional dos Urbanitários - CNU que compõem o CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários.

O Trabalho - O que representa a Eletrobrás e qual seu papel para o país?

Fabíola Latino Antezana - A Eletrobrás é a maior empresa de energia da América Latina, a 16ª maior do

mundo. No Brasil é responsável pelos maiores empreendimentos de geração de energia, detém 70,2 mil km² de linhas de transmissão que possibilitaram integrar o País de Norte a Sul, e possui 4,3 milhões de clientes de distribuição diretos. A Eletrobrás foi responsável pela execução do Programa Luz para Todos, alcançando 15,9 milhões de moradias. Hoje é a empresa que vende a energia mais barata do país e responsável direta das grandes obras estruturantes.

OT - Como está a luta contra a tentativa de privatização?

FLA - A luta iniciou em 2016 quando o governo já mostrava a gana em privatizar. A proposta inicial era enviar a Medida Provisória em outubro de 2016. O Coletivo Nacional dos Eletricitários, que congrega as representações de trabalhadores em todo o país, iniciou a resistência na Câmara e Senado por meio da realização de audiências públicas e pela criação das Frentes Parlamentares em Defesa do setor e das empresas, totalizando 7 Frentes específicas para essa luta. Conseguimos a aprovação de um projeto de decreto legislativo (PDC) na Comissão de Constituição e Justiça da

Câmara que estabelece a realização de um referendo se o Congresso aprovar a privatização da Eletrobrás. Este PDC deve ser votado no Plenário da Câmara e agora estamos trabalhando nisso. Também travamos a luta no âmbito jurídico, questionando do ponto de vista da legalidade o processo de privatização, além de alertar ao Tribunal de Contas da União sobre os valores utilizados como referência pelo governo. Ainda, estamos avançando no convencimento do papel da Eletrobrás estatal junto aos Estados, com a realização de audiências públicas em todo o país. Com isso temos ganhado espaço junto a parlamentares da base do governo.

OT - Qual impacto da privatização na vida do povo?

FLA - São muitos, mas o principal é o aumento da tarifa de energia. A proposta prevê o aumento da energia no primeiro elo da cadeia, que são as geradoras. Isso terá um efeito cascata e refletirá em toda a cadeia, inclusive na indústria e setor agropecuário que utiliza a energia elétrica em seus processos produtivos. Com isso, os insumos também sofrerão aumento. E tudo será repassado à população.

Ainda, há uma previsão no aumento da energia termelétrica, pois o capital privado não fará expansão do sistema hídrico, esta energia é mais cara, e também será repassada ao consumidor. Isso sem falar nos impactos ambientais. No caso das populações que são atendidas pela distribuição nos estados de AL, AM, AC, PI, RO e RR, que são da União, mas operadas pela Eletrobrás, o aumento será ainda maior. Pois, para torná-las atraentes ao mercado, já foi autorizado um aumento na tarifa estadual no ano passado (RR chegou a 50%, PI 27% por exemplo) e está prometido um aumento para o cenário pós privatização.

Nesse processo, a sociedade não tem nada a ganhar. Basta ver o que ocorreu na Argentina e Portugal que privatizaram esse setor estratégico. Na Argentina por exemplo, o aumento na tarifa chegou a 700% em dois anos.

O Brasil está caminhando na contramão da tendência mundial. Países como EUA, Canadá, China, França, Austrália, detém a geração hidroelétrica nas mãos do Estado por questões de segurança nacional, relacionando não apenas a geração de energia, mas também o uso múltiplo das águas, que é estratégico para seus países.

Chapa de oposição no Andes

Depois de 14 anos aparece uma alternativa para dirigir a entidade

A chapa “Renova Andes”, foi inscrita com 83 membros de todo o país, com um programa de luta contra o golpe e seus ataques à universidade pública, à ciência, à democracia e aos direitos dos trabalhadores. A chapa foca também nas demandas da categoria docente, na defesa de um plano de carreira, de reajustes salariais e da luta aos cortes de verbas de Temer.

A chapa de situação é ligada às correntes mais sectárias do PSOL e do PCB. É o mesmo grupo que, com o PSTU (agora não mais compondo a chapa), dirige o sindicato há quase duas décadas, afastando-o da categoria e isolando-o do resto da classe trabalhadora. Filiou o Andes ao CSP-Conlutas (central liderada pelo PSTU) levando-o a participar da campanha “Fora Dilma, fora todos” em 2016 e dar as costas aos milhares de docentes que, na base, montavam

comitês contra o golpe.

Desarmam assim o sindicato na luta contra a atual onda de ataques do golpismo à universidade pública – desde reitores sendo achincalhados publicamente em processos (de suposta “corrupção”) sem provas, até a tentativa do MEC em censurar disciplinas, como na UnB (veja pag.2). Mesmo quando soltou uma nota sobre a UnB, a diretoria do Andes recusou-se a mencionar a palavra golpe – a despeito da disciplina a ser censurada chamar-se “O Golpe no Brasil...”!

A Renova Andes é composta em sua maioria por docentes independentes, e também companheiros de várias correntes cutistas, como CIL (OT), AE, CSD, ArtSind e da Consulta Popular. A chapa é encabeçada por Cely Taffarel (ex-secretária-geral do ANDES quando ainda cutista). As eleições ocorrerão em maio próximo.

Decisão da Justiça ameaça moradores

Por moradia digna, famílias da ocupação Douglas Rodrigues resistem

Em 6 de fevereiro, por 3 x 0 os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo rejeitaram um recurso do Movimento Independente de Luta por Habitação, que dirige a ocupação Douglas Rodrigues na Vila Maria, São Paulo.

A decisão pode levar à ação de despejo das famílias. O TJ ignorou que a empresa Ideal, dona do terreno, é constituída para ocultar negócios ilícitos e fraudes fiscais. Ela foi constituída para abrigar em seu patrimônio o terreno, abandonado há 22 anos, “comprado” da falida Transportadora Dom Vital. As dívidas de IPTU e com a Fazenda Nacional chegam a mais de \$1bi. Estas dívidas já foram executadas e determinada a adjudicação do imóvel para a União.

Por que então o TJ SP ignorou os fatos? Por que não remeteu o processo à Justiça Federal, como pedia o recurso dos moradores? Em trecho da decisão

do TJ as coisas ficam claras: “o fato de a Carta Magna garantir o direito à moradia e afirmar o princípio da função social da propriedade não significa que os invasores possam ocupar imóvel alheio clandestinamente, em flagrante esbulho possessório e violação ao direito de propriedade, que também é protegida pela Constituição.” Para o TJ a “sagrada” propriedade privada dos capitalistas (mesmo que nesse caso sejam criminosos fraudadores) vale mais que a vida do povo pobre!

A direção do Movimento promete resistir “as mais de 2 mil famílias, que estão firmes há quase cinco anos, reafirmam que permanecerão na área!”, e vai recorrer às instâncias superiores. “Vamos resistir! Não vamos admitir nenhum tipo de agressão às nossas famílias. Estamos do lado certo e vamos vencer!”, declarou o Movimento.

Tiago Maciel

Suspenso o desmonte da Previdência

Mobilizações e greves em 19 de fevereiro demonstram rechaço ao ataque às aposentadorias

Desde 16 de fevereiro a contrarreforma da Previdência pretendida pelos golpistas havia entrado na UTI, devido a decisão de Temer de intervir no Rio de Janeiro.

O que não impediu que em 19 de fevereiro, dia em que o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou a suspensão da votação da PEC 287, houvesse mobilizações em todo o país em defesa das aposentadorias.

Dentre as centrais que chamaram o dia 19, apenas a CUT convocou greve na sua base, as demais limitaram-se a participar em atos públicos. Assim houve greve nas bases da FUP (petroleiros), da CNTE (educação pública) e, em São Paulo, nos bancos e nas montadoras e outras fábricas na região do ABC, com destaque para a grande participação de servidores e professores municipais da capital (estes também em greve) no ato que encerrou a jornada na Avenida Paulista.

No Nordeste a maior manifestação foi em Fortaleza, mais de 30 mil nas ruas, com importantes mobilizações também em Salvador e Recife. Já no Sul, destaque para Florianópolis, onde os ônibus pararam durante todo o dia, com greve também de servidores municipais e estaduais. Em todos os estados houve protestos que ajudaram a impor um recuo

àquela que era a principal “reforma” pretendida pelos golpistas a serviço dos interesses do “mercado”.

Efeito retardado da greve geral de abril

Mas não se pode dizer que foi o dia 19 que enterrou a contrarreforma. O governo não conseguia os 308 votos para emendar a Constituição há meses e a causa principal foi a grande greve geral de 28 de abril de 2017 com a adesão de mais de 40 milhões de trabalhadores em todo o país.

Aquela demonstração de força da classe trabalhadora, combinada com a crise política do governo Temer, salvo pela maioria do Câmara de processo de corrupção, e sua enorme impopularidade, atemorizaram os parlamentares, que sofreram pressão em suas bases, num ano eleitoral.

De toda forma, foi importante a CUT ter mantido a mobilização no dia 19, ao contrário de outras centrais que não lhe deram peso, pois se manteve a “moral da tropa” para seguir mobilizada contra os ataques que prosseguem, seja na contrarreforma trabalhista (ver box), seja na luta contra as privatizações (como a da Eletrobras, ver pág. 6), ou na defesa da democracia, que hoje se concentra no direito de Lula ser candidato à presidente. A luta continua!

Julio Turra



Ato na Paulista encerrou o dia 19 de fevereiro em São Paulo

PELA ANULAÇÃO DA “REFORMA” TRABALHISTA

Estudo do DIEESE aponta que para defender a Previdência pública e solidária é preciso “rever as restrições aos gastos da União” (o congelamento por 20 anos da emenda constitucional 95) e também “revogar a recente ‘reforma trabalhista’ efetivada pela Lei 13.467”.

É hora de retomar uma campanha pela anulação/revogação da “reforma” trabalhista – como foi a iniciativa do Projeto de Lei de Iniciativa Popular que a CUT lançou em 2017 – ao mesmo tempo que combater em cada local de trabalho e em todas as categorias contra a aplicação dessa contrarreforma (trabalho temporário, intermitente, fatiamento de férias e outras medidas nela embutidas).

Ainda mais que há uma “insegurança jurídica” para a aplicação dessa lei, pois Temer editou uma MP para alterá-la (sem mudar sua essência) a qual acaba de prorrogar por mais 60 dias. Razão a mais para que os sindicatos e a CUT não entrem na armadilha de “emendar” a Lei 13.467 no atual Congresso de maioria pró-empresários e insistir na sua revogação!

8 de março: dia de luta

Às ruas, em defesa dos direitos, da democracia e da candidatura Lula

As mulheres são mais atingidas pelo desemprego que afeta a classe trabalhadora brasileira. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a já alta taxa de 10,5% de desocupação de homens, entre as mulheres chega a 13,4%!

O alto índice de desemprego - principalmente a queda do número de carteiras de trabalho assinadas - que pega em especial as mulheres, jovens e os negros, é consequência da política fiscal, das contrarreformas e dos cortes de investimentos públicos.

De fato, as mulheres trabalhadoras são as mais atingidas pelas medidas dos golpistas que tomaram o Brasil de assalto. Na contrarreforma trabalhista, por exemplo, não foi poupada nem a proteção à maternidade, com a permissão de que a gestante trabalhe em ambiente insalubre. Outro ponto é a flexibilização da jornada de trabalho por acordo individual – na verdade, imposição da empresa – que faz com que a trabalhadora possa ser obrigada a trabalhar longas jornadas no emprego, para voltar para casa e cumprir mais uma longa jornada de

trabalhos domésticos (vão passar em média o dobro do tempo dos homens nas tarefas em casa).

É nessa situação que a CUT decidiu que, neste ano, sua jornada do 8 de março, o Dia da Mulher, tem como tema a Defesa da Democracia e dos Direitos. As sindicalistas vão defender os direitos das trabalhadoras, atacados pelo governo golpista, e dizer que isso tem toda relação com a necessária defesa do direito de Lula ser candidato. É por isso que o local decidido para o ato de lançamento da jornada foi justamente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Com companheiras de partidos, como o PT, e movimentos sociais, a pauta do 8 de março traz reivindicações comuns a toda a classe trabalhadora, como a revogação da “reforma” trabalhista, a defesa da soberania nacional e da retomada da valorização do salário-mínimo. A jornada também combate a PEC 181, que impede o aborto legal até em caso de estupro ou de risco à vida da mãe.

Priscilla Chandretti

HISTÓRIA DE LUTA DAS TRABALHADORAS

A criação do Dia da Mulher foi iniciativa da 2ª Conferência de Mulheres Socialistas em 1910. Entre as delegadas estavam Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo. Inicialmente, o Dia da Mulher não se realizaria numa data fixa, a primeira atividade na Rússia, por exemplo, foi em 1913, no dia 3 de março.

Na época, Kollontai escreveu sobre o assunto, defendendo que a organização do Dia da Mulher serviria como um fator de união da classe trabalhadora. “Como membros do partido, as mulheres trabalhadoras lutam pela causa comum da classe, enquanto ao mesmo tempo delineiam e põe em questão aquelas necessidades e as suas demandas que lhes dizem respeito mais diretamente como mulheres, como donas de casa e como mães. O partido apoia estas demandas e luta por elas. Estas necessidades das mulheres trabalhadoras são parte da causa dos trabalhadores como classe.”

Em 1917, as mulheres socialistas voltaram a organizar o Dia da Mulher, dessa vez marcado para 23 de fevereiro (que no calendário ocidental correspondia ao 8 de março). Na manhã do mesmo dia, operárias têxteis de Petrogrado entram em greve contra os salários miseráveis. Sua primeira ação foi se dirigir aos operários do bairro de Vyborg, pedindo seu apoio. Dois dias depois, a greve geral contava com 240 mil trabalhadores na cidade. Foi assim, com a iniciativa corajosa de operárias mulheres, a parte mais oprimida do proletariado, que teve início a Revolução de Fevereiro de 1917.

Podre Poder Judiciário

Arbitrariedades, supersalários e mordomias dos juízes são um retrato das atuais instituições

A lista de patrocinadores do jantar em homenagem ao juiz Sérgio Moro, previsto para maio na Câmara de Comércio Brasil-EUA, em Nova York, não deixa dúvidas sobre quem agradece ao juiz pelos serviços prestados. Entre os promotores, estão grandes bancos (Bradesco, Itaú BBA, Santander, Citibank, Bank of America Merrill Lynch, Safra) e multinacionais petrolíferas (Shell, Exxon, BP).

São alguns dos principais beneficiados pelo golpe, cujo caminho foi aberto pela Lava Jato. Por meio dessa operação, o Judiciário, associado ao Ministério Público Federal (MPF) e à Polícia Federal (PF), faz o trabalho exigido pelo imperialismo de tentar impedir a candidatura de Lula e golpear o PT.

Evidências disso não faltam. Um exemplo: o Ministério Público suíço revelou que um notório operador do PSDB, Paulo Preto, tem o equivalente a R\$ 113 milhões depositados em contas na Suíça, mas o MPF e a Justiça fazem de conta que não têm nada com isso. Seu trabalho consiste em condenar Lula, mesmo sem provas, e autorizar operações midiáticas da PF, como a recente investida contra o ex-governador Jaques Wagner (PT-BA).

Entre os trabalhadores e a população pobre, há uma percepção geral de que a Justiça é seletiva e beneficia os poderosos. A indignação quanto às mordomias dos magistrados não



1 de fevereiro: Juízes entregam a Carmen Lúcia carta em que defendem seus privilégios, como o auxílio-moradia

é menor. Uma coisa está ligada à outra: as arbitrariedades e as sentenças favoráveis aos de cima são pagas de forma generosa por expedientes como supersalários e o auxílio-moradia, concedido até a juízes que têm residência na cidade onde trabalham – como é o caso de Moro.

O órgão que deveria fiscalizar o Judiciário é o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), formado por juízes. De acordo com reportagem de “O Estado de S. Paulo” (18/2), 14 dos 17 integrantes do CNJ receberam no ano passado rendimento líquido acima do teto constitucional – R\$ 33,7 mil mensais. Três deles receberam, em determinados meses, mais de R\$

100 mil. São esses que controlam a integridade de seus pares?

O Judiciário é um poder não eleito, composto por uma camada muito bem paga de funcionários, instalada na cúpula do aparelho de Estado, o que facilita a cooptação de seus membros por parte do imperialismo. Por isso, não foi casual a “ditadura do Judiciário” como o eixo em torno do qual se estruturou o golpe atual.

Necessidade da Constituinte

Para dar fim a isso, não há saída nas atuais instituições. É necessário eleger uma Assembleia Constituinte soberana, com poder para instaurar a democracia política e acabar com a

podridão institucional. Para dar voz à maioria, e não a um punhado de bancos e de grandes empresas.

A Constituinte é a concretização da democracia política: em uma nação, o poder de definir as instituições e as leis deve vir de representantes democraticamente eleitos pelo povo, por meio do voto universal. E cabe a esses representantes, que recebem um mandato do povo, prestar contas a esse mesmo povo sobre suas decisões.

Essa é a importância de fazer acompanhar a luta para eleger Lula pelo combate para que o futuro governo Lula convoque uma Constituinte, a ser eleita sob regras democráticas, diferentes das atuais.

Haverá necessidade, entre outras coisas, de acabar com as distorções que aumentam o peso eleitoral de determinados Estados em detrimento de outros, ou seja, definir que o voto de cada pessoa vale o mesmo, seja ela de Rondônia ou de São Paulo. E o voto deve ser em listas, a partir de propostas apresentadas, para que se forme uma assembleia unicameral, que detenha o poder de erguer novas instituições para destravar as reformas populares, secularmente negadas e remover as medidas dos golpistas, como a PEC da morte e a contrarreforma trabalhista.

Cláudio Soares

Febre amarela: regressão nas condições de saúde

Há oito décadas o país não registrava ocorrência como a de agora

A febre amarela, assim como as outras doenças transmitidas por mosquitos, tem sua história baseada no controle que conseguimos fazer através de políticas públicas de Estado. A última ocorrência dessa doença dentro das cidades, antes da catástrofe de agora, é relatada na década de 40. Em 2014 e 2015 foram registrados os primeiros casos dessa doença fora da zona amazônica, e em 2017 o Ministério da Saúde divulgou números alarmantes: 545 casos e 164 óbitos no período de 1º julho de 2017 a 20 de fevereiro de 2018! Número maior de casos do que somados os dos últimos 20 anos!

Em 2015, o crime da quebra da barragem da mineradora Samarco em Mariana, alterou os ecossistemas ao longo da bacia do Rio Doce em Minas Gerais. Há a teoria da extinção dos predadores naturais do mosquito que transmite a febre amarela nas matas, gerando a cres-

cente transmissão da doença, o que explica o início da epidemia em 2016 em Minas Gerais.

Cortes na Saúde impedem a prevenção

Combina-se a esse desequilíbrio o aperto das políticas de ajuste fiscais após o golpe, com corte de gastos em políticas de saúde e prevenção, provocando a explosão da doença, em cujo combate o fator primordial é a prevenção.

Por exemplo, em São Paulo, o prefeito Dória programa fechar 50 Unidades Básicas de Saúde e reduzir o tempo de funcionamento em diversas outras. As últimas duas unidades fechadas são em plena área de risco da expansão da Febre Amarela, e são unidades responsáveis tanto pela prevenção quanto pela vacinação! Não surpreende, no auge do desespero, vermos a invasão de uma Unidade na Zona Leste – UBS Jardim Santa Helena-

em janeiro desse ano, pois as 300 doses disponíveis no dia não davam conta do contingente que aguardava no portão. Depois disso o prefeito disse para população não mais procurar as UBS e aguardar em casa as senhas, que chegam muito além da necessidade. Como uma cidade como São Paulo, que já em 2017 possuía uma combinação de estar ao lado dos estados em epidemia e com a população sem vacinar não se programou para prevenção?

Com a falta de planejamento faltou vacina no início de 2018. A vacina é produzida pela FioCruz que é alvo de processo escancarado de sucateamento! Nos primeiros dias de 2018 o ministro da Saúde anuncia a implementação do fracionamento de doses para os estados da BA, RJ e SP, tendo como base seu uso na África (Congo), para aumentar o contingente de pessoas vacinadas em um curto prazo de tempo.

Segundo o ministro da Saúde es-

tão aguardando uma nova fábrica da Libbs farmacêutica, dentro de um acordo com transferência da produção que antes era do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio- manguinhos, da Fiocruz, utilizando essa epidemia para privatizar a produção federal de vacinas!

A única estratégia para evitar a propagação da doença é a vacinação, pois não há tratamento direcionado, apenas suporte a vida de quem adoece. Com a cobertura vacinal adequada- mais de 80% de pessoas vacinadas- existiria um risco muito menor do surto em curso acontecer!

A realidade é que estamos frente a uma incapacidade de resposta do Estado, cuja tragédia foi anunciada, e é fruto das políticas de privatizações junto a redução dos gastos em políticas públicas e preventiva de saúde, e temos os trabalhadores adoecendo e morrendo dentro dos hospitais!

Juliana Salles

Intervenção no Rio de Janeiro

Decisão de Temer: ataque à democracia e insegurança para o povo trabalhador

A intervenção no Rio de Janeiro, decisão inédita desde a promulgação de Constituição de 1988, foi decretada dois dias depois de findo o carnaval e quatro dias antes da pretensa votação da contrarreforma da Previdência que comprovaria que Temer não tinha os 308 votos necessários para aprova-la.

O estado agora tem um governador “café com leite” e um interventor que responde diretamente a Temer.

A questão da segurança no Rio de Janeiro, não é segredo para ninguém, é consequência direta da ausência do Estado e de políticas públicas, que atinge diretamente o povo das comunidades que agora se vê constrangido por tanques, revistas e fichamento.

Em 2017, com o pior resultado do país, o Rio fechou mais de 92 mil vagas com carteira de trabalho assinada, e em meados do mesmo ano, “mais de 14 mil pessoas estavam em situação de rua na cidade do Rio. Em 2013, eram cerca de 5.580 – um aumento de 156% nesse período, que reflete a queda no nível de emprego e na renda da população” (Estadão 13/02).

Um estado onde os hospitais não conseguem mais atender doentes, servidores da saúde trabalham sem receber, professores e aposentados mendigam cestas básicas por falta de salário, a Polícia não tem dinheiro para combustível, e o governo golpista - que impôs o Regime de



Gabinete de intervenção na segurança do Rio de Janeiro participou de entrevista coletiva

Recuperação Fiscal que só piora a situação - agora manda tanques e milicos para cima do povo pobre!

Ninguém acredita, nem os interventores!

O comandante do Exército, general Villas Boas, depois de decretada a intervenção, referindo-se à operação do Exército na comunidade da Maré, declarou: “ficamos lá 14 meses. Do dia em que saímos, uma semana depois, tudo havia voltado ao que era antes”.

Mas, o mesmo Villas Boas, perfilado à nova missão, apela para o Judiciário e Ministério Público “para proporcionar condições para atingirmos o âmago do crime organizado”. Milicos e Judiciário juntos, uma parceria contra os direitos e as condições de vida do povo trabalhador.

A intervenção não vai resolver o problema que aflige as famílias tra-

balhadoras. Pois o terreno onde o crime prospera é aberto com a destruição do estado, dos empregos e do enxugamento com os gastos sociais patrocinadas pelo golpista Temer.

Como diz a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), “Precisamos de escolas e creches, hospitais, projetos de geração de emprego e renda e políticas sociais voltadas principalmente para juventude. Precisamos de uma intervenção que nos traga a vida e não a morte”.

A intervenção não vai resolver o problema do povo, mas pode estar preparando a solução aos interesses golpistas.

O interventor nomeado, general Walter Souza Braga Neto, declarou: “O Rio de Janeiro é um laboratório para o Brasil”. Um governo fraco, que pagou o fiasco de não entregar a contrarreforma da Previdência, mas

que avança medidas que destroem as condições de vida do povo e atacam a soberania do país, tem 3% (sua popularidade) no tamanho do pavio que pode explodir o barril.

Nem aqui, nem no Haiti

Villas Boas chamou a imprensa a “estar presente, para verificar nosso modus operandi consolidado em 13 anos no Haiti”. Como lembra a Faferj, “essas mesmas forças intervencionistas estiveram recentemente em missões de paz no Haiti e favela da Maré onde podemos observar que grande parte das ações foram marcadas por violação de direitos humanos.”

De fato, a intervenção no Rio de Janeiro se baseia no “laboratório” feito no Haiti (ocupado em 2004 sob comando das tropas brasileiras) e na Garantia da Lei e da Ordem (GLO), criada no governo petista. Um elemento de reflexão que faz parte da batalha por um novo governo do PT, de Lula, pelo qual lutamos.

No carnaval, a indignação do povo contra o golpe se manifestou de maneira incontestável (ver abaixo). O PT, que votou contra a intervenção, poderá apoiar-se nesta indignação para aliviar o povo do Rio de Janeiro deste soco na cara que recebeu depois das folias de carnaval.

Misa Boito

2018: o carnaval do protesto

Dos blocos à Sapucaí, foliões rechaçam os golpistas e apontaram a saída com Lula

2018 foi o carnaval do protesto. Não, o povo não está dormindo. Foliões manifestaram de norte a sul do país seu repúdio a Temer e denunciaram medidas como a reforma trabalhista e a PEC do teto dos gastos. Nas ruas do Rio e por outras cidades do país afora, viu-se foliões com placas ou adesivos contra a reforma da Previdência.

O auge foi o desfile da Paraíso do Tuiuti. Toda a população viu pela TV a escola contar a história da opressão da população negra, da escravidão até o golpe de 2016, da perseguição contra os negros dos quilombos no século XIX até a reforma trabalhista. A escola mostrou também a manipulação dos coxinhos, fantasiados em patos da FIESP e o destaque foi o presidente-vampiro, comandando a tragédia nacional. No desfile das campeãs, Moreira Franco censurou o vampiro

que não pode desfilar com a faixa presidencial.

“Carnaval sem Lula é fraude. Moro, juiz parcial”

Também houve manifestações em defesa de Lula e escrachos a Moro, ao STF e à “elite política” do país. Em uma noite de carnaval, no túnel que leva a Copacabana, lotado de foliões, ouviu-se com força o canto “Olê, olê... Lula, Lula!”. Os puxadores do bloco que arrasta multidões no Rio, “Simpatia é quase Amor”, que desfila em Ipanema, estavam com o adesivo “Cadê as provas?” – campanha do PT contra a condenação sem provas de Lula – e apareceram assim nas transmissões da Globo.

Apareceu na favela da Rocinha a faixa “Se Lula for preso, o morro vai descer”. Surgiram faixas de apoio a Lula também na favela da Maré e no Morro do Juramento, onde uma faixa dizia:

“Carnaval sem Lula é fraude. Moro, juiz imoral. Moro, juiz parcial”. Essas faixas, penduradas nas entradas dos morros, fazem temer o golpismo e os golpistas. Todos sabem o que significa o morro descer em defesa de Lula.

Depois do carnaval do protesto Temer decretou a intervenção militar no Rio (ver acima). É o povo pobre dos morros e favelas, em sua maioria negros, quem mais sente a violência da militarização da segurança pública, um aprofundamento da política dos golpistas. Crianças, mulheres, trabalhadores são revistados todos os dias com fuzis apontados para seus rostos. Por essa razão, foi importante a decisão do Diretório do PT-RJ de reafirmar a posição das bancadas contra a intervenção militar, ponto de apoio para uma campanha nacional que faça o esclarecimento da realidade da intervenção nas favelas. O caso do Rio mostra que, mais do que

nunca, a defesa da democracia e da candidatura de Lula estão na ordem do dia e na boca do povo.

Francine Iegelski

CENSURA NA EBC

Na transmissão do desfile das campeãs das escolas de samba do Rio feita pela TV Brasil, veículo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), os radialistas e jornalistas foram orientados a “evitar focar nas placas Fora Temer”. As alas polêmicas dos Manifestoches e dos Guerreiros da CLT da Paraíso do Tuiuti não foram mostradas na transmissão e houve a orientação de não focar ou comentar o destaque da escola, o “Vampirão” que representava Temer, na versão compacta exibida aos jornais.

Coordenação do AcIT propõe campanhas

Catalunha, Brasil, Venezuela e Guadalupe na pauta

Reuniu-se em Paris, nos dias 23 e 24 de fevereiro, a coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), dois meses e meio após a realização exitosa da 9ª Conferência Mundial Aberta contra a guerra e a exploração em Argel (ver OT 820).

A reunião recebeu mensagens e propostas de vários países, dentre eles do Brasil. Julio Turra, que é membro da coordenação, não pode participar da reunião dada a mobilização de 19 de fevereiro em defesa da aposentadoria (ver pag 7), por isso enviou cartas com propostas de campanhas referentes à situação no Brasil e na Venezuela.

Luis Eduardo Greenhalgh, secretário-adjunto de relações internacionais do PT, já havia anteriormente enviado aos dois responsáveis pela coordenação, Luisa Hanoune (PT da Argélia) e Dominique Canut (POI da França), uma carta agradecendo o apoio já manifestado por aderentes do AcIT em vários países e solicitando, depois da farsa do julgamento do TRF-4 que condenou Lula em 24 de janeiro, a continuidade da campanha em defesa do direito de Lula ser candidato a presidente.

A discussão na reunião

A reunião passou em revista as atividades de prestação de contas da conferência de Argel ocorridas em distintos países e decidiu convocar para o início de junho a primeira reunião



Coordenação do AcIT convoca reunião do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio, criado na 9ª Conferência Mundial Aberta de Argel, dezembro 2017 (foto)

do Comitê internacional de ligação e intercâmbio, cujo objetivo é prosseguir o diálogo político sobre as experiências de resistência dos trabalhadores e povos, sobre os combates que são travados no seio de organizações dos trabalhadores e democráticas, visando superar os obstáculos à luta pela emancipação social.

Várias delegações já indicaram seus representantes para esse comitê ampliado, como a brasileira de nove membros que mandou Luis Eduardo Greenhalgh para representá-la no Comitê internacional de ligação.

Na discussão sobre a construção desse comitê foi levantada a necessidade

de encontros regionais ou continentais, estando previsto um primeiro encontro de delegados europeus no início de março. Companheiros da África Ocidental preparam também um encontro em Lomé (Togo).

Por ocasião da assembleia anual da OIT em Genebra (28 de maio a 8 de junho), também se fará um encontro de sindicalistas organizado pelo AcIT para debater suas iniciativas.

A coordenação também discutiu um informe sobre a situação dos trabalhadores e trabalhadoras da Palestina e as condições particulares de exploração que sofrem tanto no interior das fronteiras de 1948, quanto no território

da Autoridade Palestina. Informe que será dado ao conhecimento de todos os aderentes ao AcIT.

Também discutiu um informe sobre a situação na África do Sul (Azania), após a saída de Jacob Zuma e sua substituição por Cyril Ramaphosa em 15 de fevereiro (ver abaixo), o que abre uma nova situação para o combate de emancipação do povo negro.

Campanhas adotadas

A coordenação registrou e incentiva as seguintes campanhas em todos os países onde há aderentes do AcIT:

- pela libertação dos presos políticos catalães e fim das perseguições policiais;
- apoio incondicional à campanha lançada pelo PT do Brasil em defesa do direito de Lula candidatar-se à presidência;
- apoio à campanha lançada na América Latina pelo respeito à soberania do povo venezuelano, contra toda ingerência externa: Trump, tire as patas da Venezuela!
- apoio à campanha da União Geral dos Trabalhadores de Guadalupe contra a repressão anti-sindical, registrando que Lionel Chouro, dirigente da UGTG e membro da coordenação do AcIT, está ameaçado pela Justiça desse departamento ultramarino da França.

Correspondente

O que se passa na África do Sul?

Entrevista com Lybon Mabasa do Partido Socialista da Azânia

Causou grande repercussão a renúncia do presidente Jacob Zuma e sua substituição por Cyril Ramaphosa, ambos velhos militantes do Congresso Nacional Africano (CNA), a mesma formação política do ex-presidente Nelson Mandela, que governou o país desde o final do Apartheid (regime de segregação racial contra a maioria negra) de 1994 até 1999, vindo a falecer em dezembro de 2013.

Reproduzimos entrevista ao jornal Informações Operárias da França, com o dirigente do Partido Socialista da Azânia (nome africano do país), o SOPA (sigla em inglês), Lybon Mabasa, que também é membro da coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos.

Informações Operárias - Cyril Ramaphosa foi eleito presidente pelo parlamento sul-africano em 15 de fevereiro, quando o mandato de Jacob Zuma, seu antecessor, só terminaria daqui a um ano. Em seu primeiro discurso o novo presidente disse: “Um novo começo nos espera, um fantástico recomeço”. O que você pensa disso? Qual é o sentimento do povo negro sobre o novo presidente?

Lybon Mabasa - Após muitos anos sob a direção de Zuma, amplos setores da população exigiam a sua saída, mas, apesar do questionamento à sua autoridade durante meses, ele se agarrava ao poder. Sob pressão de dirigentes do CNA ele finalmente foi obrigado a retirar-se. Sua partida despertou grandes esperanças de mudança. O povo acreditou que enfim iria obter o que espera desde 1994: terra, serviços públicos, saúde, emprego e educação. Ilusões baseadas na crença de que um presidente rico deveria forçosamente enriquecer o povo!

Mas as bases do atual poder conti-

nuaram inalteradas e é evidentemente impossível para o CNA modificar as orientações fundamentais de sua política: a defesa dos privilégios dos brancos, a aceitação da inferioridade econômica e social dos negros.

A título de exemplo: o desemprego atinge 50% da população negra e é praticamente inexistente entre os brancos. O desemprego atinge até e de forma ampla os negros diplomados.

IO - Ramaphosa também anunciou que quer “curar as feridas” do massacre de Marikana de agosto de 2012, no qual dezenas de mineiros grevistas foram mortos pela polícia. Qual foi a atitude dele no momento desse massacre? Cinco anos e meio mais tarde, o que ele pensa sobre “curar as feridas”?

LB - Ele acredita que os 37 grevistas assassinados pela polícia chamada por ele próprio a atirar contra os mineiros reunidos, quando Cyril era o principal dirigente sindical do setor, possam ser esquecidos. Mas, a cada aniversário desse massacre, entre o

peçoal da mina, é denunciada a responsabilidade daquele que é chamado de “assassino de mineiros” e se reclama a sua prisão.

Mais amplamente, na população, mesmo os que consideram Cyril um “bom homem” não compreendem a sua implicação num massacre como jamais se viu, mesmo no período do apartheid, e que se desenrolou diante das câmeras de TV e todos viram o que ele fez...

IO - Que respostas foram dadas ao combate pela gratuidade dos estudos universitários que mobilizou a juventude no último período?

LB - Nada foi feito nesse domínio, bem como em qualquer outro compromisso de campanha do CNA.

O cinismo aqui atinge o seu ponto máximo. Ramaphosa é tão rico que tinha prometido não pedir qualquer remuneração para suas funções de chefe de Estado. Mas na verdade ele exigiu um salário superior ao de todos os seus antecessores.



Consulta no SPD: Alemanha na expectativa

Patrões temem que militantes expressem forte “não” à Grande Coalizão com Merkel

Quatro meses depois das eleições na Alemanha, Angela Merkel e seu partido (CDU, aliado da CSU) chegou a um acordo no início de fevereiro com a direção do Partido Social-Democrata (SPD) para formar um novo governo. A chamada Grande Coalizão, para se efetivar, deverá passar por uma consulta interna aos militantes do SPD.

Depois da publicação do acordo, os jornais alemães destacaram: “Jornadas de caos e lutas intestinas no seio da direção do SPD”; “crepúsculo de Merkel”; “o novo governo se encontra, antes mesmo de sua constituição, em estado lamentável”. O termo “coalizão do caos” foi utilizado para caracterizar o futuro governo.

A capacidade de formar uma nova Grande Coalizão sob a égide de Merkel e, mais ainda, sua capacidade de governar aplicando uma política reforçada da Agenda (como são chamadas na Alemanha as contrarreformas que cortam direitos trabalhistas e sociais) se chocam com a recusa da grande maioria da população trabalhadora e da juventude.

Desde que essa recusa se exprimiu no congresso do SPD (leia em OT-821), quando a votação mostrou grande resistência à entrada na Grande Coalizão, os esforços de Merkel se concentram especificamente em

ajudar a direção do SPD a dizer que haverá correções (de fachada) nos “erros da Agenda”.

Merkel e a direção do SPD não pretendem mexer nas questões fundamentais da Agenda, como a regra do déficit zero, a extensão da precarização e o abandono das convenções coletivas em nome da competitividade. As pretensas correções são feitas no quadro de uma política da Agenda, sob a palavra de ordem “continuemos assim”, apenas com alguns remendos.

Crise que se prepara

Da parte dos patrões, há apoio completo à Grande Coalizão, a Merkel e à sua política de integrar a direção do SPD e dos sindicatos na formação do governo. Mas procuram deixar claro também que a nova Grande Coalizão deverá ter a coragem de tomar medidas ainda mais duras, correspondentes a uma “nova Agenda”. A crise financeira e econômica que se prepara necessitará de novas ações para a salvação dos bancos, das grandes empresas, da União Europeia e do euro.

Com a recusa a essa política, expressa de forma significativa no congresso do SPD, o aparelho do partido perdeu o controle sobre o movimento de resistência. O “não” ao acordo obtém cada vez mais apoio



Militantes do SPD dizem “não à grande coalização”

nos sindicatos e entre novos membros do SPD, sobretudo nos Jovens Socialistas. A relação de forças se modificou, e essa é a verdadeira causa para o crepúsculo de Merkel.

O temor dos patrões decorre da situação criada. Um “não” forte na

consulta interna do SPD seria um ponto de apoio poderoso e criaria condições favoráveis ao combate contra o “continuemos assim” da política destruidora da Agenda.

Correspondente

METALÚRGICOS: ACORDO DE ALTO CUSTO

Depois de greves de advertência dos metalúrgicos alemães em inúmeras empresas, o sindicato da categoria (IG Metall) e os patrões assinaram um acordo, válido até 2020, que traz conquistas, como reajuste salarial de 4,3% em abril e bônus anual de 100 euros em 2018 e de 400 euros em 2019 e 2020. Isso equivale a um aumento real dos salários, mas o acordo permite também às empresas, “em tempos economicamente difíceis”, “adiar, baixar ou suprimir” o pagamento dos 400 euros. Além disso, foi ampliada a possibilidade de aumento da jornada de trabalho. O acordo teve alto custo para os trabalhadores, porque facilitou o objetivo político, defendido tanto pelas direções sindicais quanto pelos patrões, de formação do governo da Grande Coalizão.

Estado é o responsável pela crise da previdência

Na Espanha ganham corpo as mobilizações em defesa das aposentadorias

O deputado Jordi Salvador Duch, do partido Esquerda Republicana da Catalunha - ERC, é um dos mais de 300 militantes políticos e sindicais da Espanha que convocam uma Conferência Nacional em defesa do sistema público de seguridade social para este dia 10 de março.

O sistema de aposentadorias da Espanha é sólido, ele explica. Está entre os melhores do mundo com a única condição de que haja empregos com um mínimo de qualidade.

As “reformas” na legislação trabalhista feitas tanto pelo Partido Socialista Espanhol (PSOE) quanto pelo Partido Popular (PP) foram aplaudidas pela extrema direita (Partido Ciudadanos). Foram essas reformas, junto com as políticas econômicas aplicadas por esses partidos que estão levando à dilapidação do fundo de reserva da seguridade social.

O sistema de aposentadorias possui dois mecanismos que garantem sua viabilidade: 1) a constituição do fundo de reserva com os excedentes das contribuições e 2) a obrigação

de o Estado cobrir as eventuais insuficiências.

Em primeiro lugar, o fundo de reserva foi constituído somente no ano 2000 e os superávits anteriores não foram destinados a ele. Mesmo assim, em apenas 11 anos, de 2000 a 2011, graças às contribuições excedentes, as dotações do fundo de reserva se elevaram a 66,8 bilhões de euros.

A essa montanha de dinheiro deveriam ser acrescentados alguns bilhões referentes a:

a) desonerações injustificadas concedidas ao patronato que nem mesmo tiveram a contrapartida de geração de empregos;

b) dívida histórica do Tesouro com a Seguridade Social, superior a meio bilhão de euros, referentes a despesas que nada têm a ver com a Seguridade Social.

Em segundo lugar, o governo não respeitou a obrigação de cobrir insuficiências das cotizações, como agora veio a público. Isso não é, de modo nenhum, de responsabilidade

dos contribuintes. Em vez de aportar suas contribuições, o governo fez empréstimos à Seguridade. Aí está a armadilha! Portanto, é o Estado que, ao não respeitar suas obrigações, cria a situação de crise na Seguridade Social.

O reino da Espanha está muito abaixo da média europeia quanto às despesas sociais. Existe margem nos orçamentos do Estado para financiar as aposentadorias sem depender desses enganosos empréstimos com os quais se pretende associar a palavra “déficit” ao sistema de aposentadorias e não às finanças do Estado. Isso tem um objetivo claro: favorecer a exigência do capital de poder entrar no grande mercado das aposentadorias privadas.

Dia 22 de fevereiro houve uma primeira manifestação em todo o país em defesa das aposentadorias. No dia 10 de março, a Conferência se reunirá em Madri com o objetivo de organizar a força que combate para que as organizações sindicais se coloquem à frente de uma mobi-

lização unitária e, inclusive, para uma greve geral que faça o governo recuar.

Correspondente

LIBERDADE PARA OS MILITANTES CATALÃES

Está em curso uma campanha lançada pelo Comitê pela Aliança dos Trabalhadores e dos Povos (CATP) exigindo o fim de todos processos judiciais e a imediata libertação dos militantes e parlamentares catalães presos por terem defendido a independência da Catalunha. A defesa das aposentadorias - que unifica a classe trabalhadora de todo o Estado Espanhol - precisa estar associada à defesa dos direitos democráticos, particularmente do povo catalão, independentemente da opinião de cada um sobre a reivindicação de autonomia para a Catalunha.

Cresce ameaça de intervenção externa na Venezuela

Trump ordenou à oposição romper diálogo com governo

A implosão da mesa de diálogo na República Dominicana impossibilita um acordo entre o governo Maduro e a oposição. Esta, acatando instruções desde Washington, retirou-se do processo eleitoral para sabotá-lo.

Situação que abre um novo cenário nos planos econômico, social e militar, com a pressão do imperialismo tomando outro rumo. A finalidade deste giro é destituir Nicolás Maduro e mudar o regime com apoio externo.

Internamente, como confessou o chefe da CIA, Mike Pompeo, o serviço secreto dos Estados Unidos tenta trabalhar no interior das Forças Armadas, através de um “estudo sobre a opinião de componentes do exército venezuelano”, feito antes das sanções do Departamento do Tesouro contra o país.

Esse novo cenário esvazia a disposição que Maduro sempre teve de negociar com os EUA, a tal ponto que a empresa Halliburton enviou representantes a Caracas para explorar possíveis acordos de cooperação energética. A Assembleia Constituinte aprovou uma lei de promoção e garantia de inversões estrangeiras e o país continua enviando aos EUA 600 mil barris de petróleo diários.

Mas isso não satisfaz os desejos da potência do Norte, que quer tudo num momento de crise e não está disposta a permitir qualquer independência às nações de sua periferia. Maduro também outorgou financiamentos a setores econômicos vinculados à importação e comercialização de alimentos, entre eles ao Grupo Polar de Lorenzo Mendoza.

Ameaça de invasão militar

No âmbito militar, o Comando Sul do exército dos EUA é um fator fundamental para qualquer ação. Sete bases militares estadunidenses na Colômbia foram reforçadas, em particular a de Palanquero. Some-se a isso a recente decisão do governo do Panamá de autorizar a chegada de 415 efetivos da Força Aérea dos EUA, o giro de Rex Tillerson por países aliados na região e a presença de Kurt Tidd, almirante que é o chefe do Comando Sul, em Bogotá, onde reuniu-se com o presidente Santos e seu ministro da Defesa para discutir um plano de intervenção direta na Venezuela, o qual empregaria uma força multinacional liderada pela Colômbia.

A mobilização de tropas nas fronteiras com o Brasil e a Colômbia, cuja causa aparente seria a imigração venezuelana, pode na verdade sitiar o país.

A Venezuela tem um antigo conflito com a vizinha Guiana sobre o território em litígio do Essequibo (fronteira leste). O governo da Guiana tem uma relação de clientela com os EUA, agradecendo o seu apoio – que levou o litígio para o Tribunal Internacional – pela cessão de seu território para a mobilização de forças militares sob pretexto de controlar o narcotráfico, um disfarce para um assalto à Venezuela.

O quadro de cerco se completa com as ilhas diante do litoral do país – Aruba, Curaçao e Bonaire – que pertencem à Holanda, país membro da OTAN e da União Europeia que acompanha a política de Trump contra a soberania da Venezuela.



Caracas 27 de fevereiro: Nicolas Maduro mostra seu registro como candidato às eleições presidenciais de 22 de abril

O imperialismo estica a corda para tornar inevitável uma “solução militar” na Venezuela. Os EUA, a União Europeia e alguns governos da América Latina exigem a anulação das eleições presidenciais de 22 de abril. Uma vez que elas se realizem, pode abrir-se a possibilidade de intervenção militar com a alegação de sua ilegitimidade.

Diante da política agressiva de Trump contra a Venezuela, a resposta só pode ser a de resistir, mobilizar o povo trabalhador para enfrenta-la. Neste difícil cenário, não cabe dúvida

em apoiar a reeleição de Maduro em 22 de abril. Manter o poder político anda de mãos dadas com adotar medidas que mantenham a soberania da nação, os direitos trabalhistas e sociais e que ataquem as causas do caos econômico (hiperinflação e desabastecimento) com medidas duras contra os empresários especuladores, inclusive sua expropriação. Em suma, avançar na ruptura com o imperialismo e seus agentes locais.

Alberto Salcedo em 19 de fevereiro

Haverá eleições sim!

Em 27 de fevereiro inscreveram-se para as eleições presidenciais antecipadas na Venezuela, além de Nicolás Maduro apoiado por dez partidos políticos, outros três candidatos: Henry Falcón, ex-governador do estado Lara do partido AP, que não atendeu à ordem de boicote da coalização opositora Mesa de Unidade Democrática (MUD) à qual pertencia; Reinaldo Quijada, pelo partido UP89 e Francisco Visconti, dirigente da Frente Ampla Nacional Bolivariana. Além disso, o tradicional partido MAS declarou que participará das eleições de 22 de abril.

Logo, haverá uma disputa eleitoral, para desencanto da MUD e

de seus patrões nos EUA.

No mesmo dia 27, o chanceler Jorge Arreaga pediu ao secretário-geral da ONU o envio de observadores internacionais para as eleições, recordando que essa decisão “foi tomada na mesa de diálogo de Santo Domingo” e que “o governo venezuelano está cumprindo com todas as partes do acordo”.

ÚLTIMA HORA

O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela anunciou nesse 1º de março que as eleições presidenciais, a pedido dos partidos políticos que nela participaram, está adiada para 15 de maio próximo.

MUY AMIGOS!

Em 23 de fevereiro, o Conselho permanente da OEA, por 19 votos a 5 com 8 abstenções, adotou resolução pedindo a anulação das eleições de 22 de abril e “novo calendário eleitoral”, cedendo às pressões dos EUA e governos títeres da região, como o do golpista Temer.

Apenas Venezuela, Bolívia, Suriname, Dominica e São Vicente-Granadinas votaram contra. O que é novo é que entre os 8 países que se abstiveram estão a Nicarágua de Daniel Ortega, o Equador de Lenín Moreno e El Salvador de Salvador Sánchez, que antes votavam com a Venezuela contra as iniciativas dos EUA. Viraram a casaca?

O representante de Caracas, Samuel Moncada, declarou que a resolução foi “resultado da pressão que [o secretário de Estado americano, Rex] Tillerson exerceu em sua recente viagem pela América Latina, em que dobrou vários braços”.

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br